

Brasília, 14 de abril de 2020.

Ao Senhor

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

Secretário de Atenção Especializada à Saúde

Ministério da Saúde

Brasília-DF

Assunto: Solicita resposta a questionamentos das Secretarias Estaduais de Saúde.

Senhor Secretário,

Seguem algumas perguntas e sugestões que nos têm chegado das Secretarias Estaduais de Saúde e que necessitam resposta:

1. A portaria GM nº. 568, de 26/03/2020, republicada no DOU de 09/04/2020, autoriza a habilitação de novos leitos de UTI Adulto e Pediátrica para atendimento exclusivo dos pacientes COVID 19. Sobre a operacionalização destes leitos, solicitamos a reavaliação de alguns aspectos relacionados a critérios para habilitação conforme o inciso II do artigo 1º. Um deles define que o estabelecimento deverá possuir no mínimo 05 leitos, ou múltiplos deste, para pleitear a habilitação dos leitos de UTI para COVID 19.

Entendemos ser importante para a habilitação de leitos novos de UTI a utilização dessa regra, ou seja, um mínimo de 5 leitos COVID 19, com equipe 24 horas dedicada e RH otimizado, conforme portaria. Porém, há situações em que os hospitais que já possuem UTI habilitadas (para outras finalidades) em número diferente de múltiplo de 10, por exemplo: UTI com 6 leitos habilitados e que, neste momento, necessitam da habilitação de 4 novos leitos para COVID 19, e não 5 leitos, tendo em vista que, com isso, estará otimizando apenas o quantitativo de RH (ex: um médico para 10 leitos). Neste caso, entendemos que a avaliação para a habilitação de leitos de UTI COVID deva ser diferenciada para cada caso.

2. Com relação aos leitos de Clínica Médica para tratamento específico de pacientes com COVID 19, objeto da portaria SAES 245, vigente a partir da competência abril, há aspectos que precisam ser discutidos:

a. A orientação do MS é de que a disponibilidade de leitos de UTI COVID 19 deve ser acompanhada de no mínimo 2 leitos clínicos de retaguarda para cada leito de UTI habilitada, seja no mesmo serviço ou não. Porém, há que se considerar o seguinte aspecto: todos os leitos de clínica médica, já existentes, poderão atender a demanda para COVID 19, desde que obedeçam as normas de isolamento. Nesse sentido, o número de leitos de clínica médica deverá ser o número dos respectivos leitos de isolamento ocupados com pacientes COVID 19 naquele dia.

(FPCB/ASTEC)

b. Entendemos, assim, não ser razoável destinar leitos específicos para COVID 19, deixando-os ociosos e desconsiderando/negando as outras necessidades de leitos clínicos no dia a dia. Além disso, este leito será financiado para COVID 19 mediante sua ocupação diária e informada no sistema, cabendo ressaltar que a situação de saúde da população é a mesma e continua a haver demandas pelas áreas assistenciais a internações para pacientes com condições agudas ou crônicas agudizadas de média ou alta complexidade.

c. Solicitamos informações sobre a publicação das portarias de habilitação dos leitos de UTI COVID 19, em atendimento aos pleitos dos estados conforme as portarias nº. 414 e nº. 568 em 08/04/2020.

Considerado a importância dos temas e a urgência em solucionar tais dúvidas e pendências, aguardamos dentro do menor prazo possível a resposta da SAES, a fim de instruímos as Secretarias Estaduais de Saúde.

Atenciosamente,



JURANDI FRUTUOSO SILVA
Secretário Executivo